

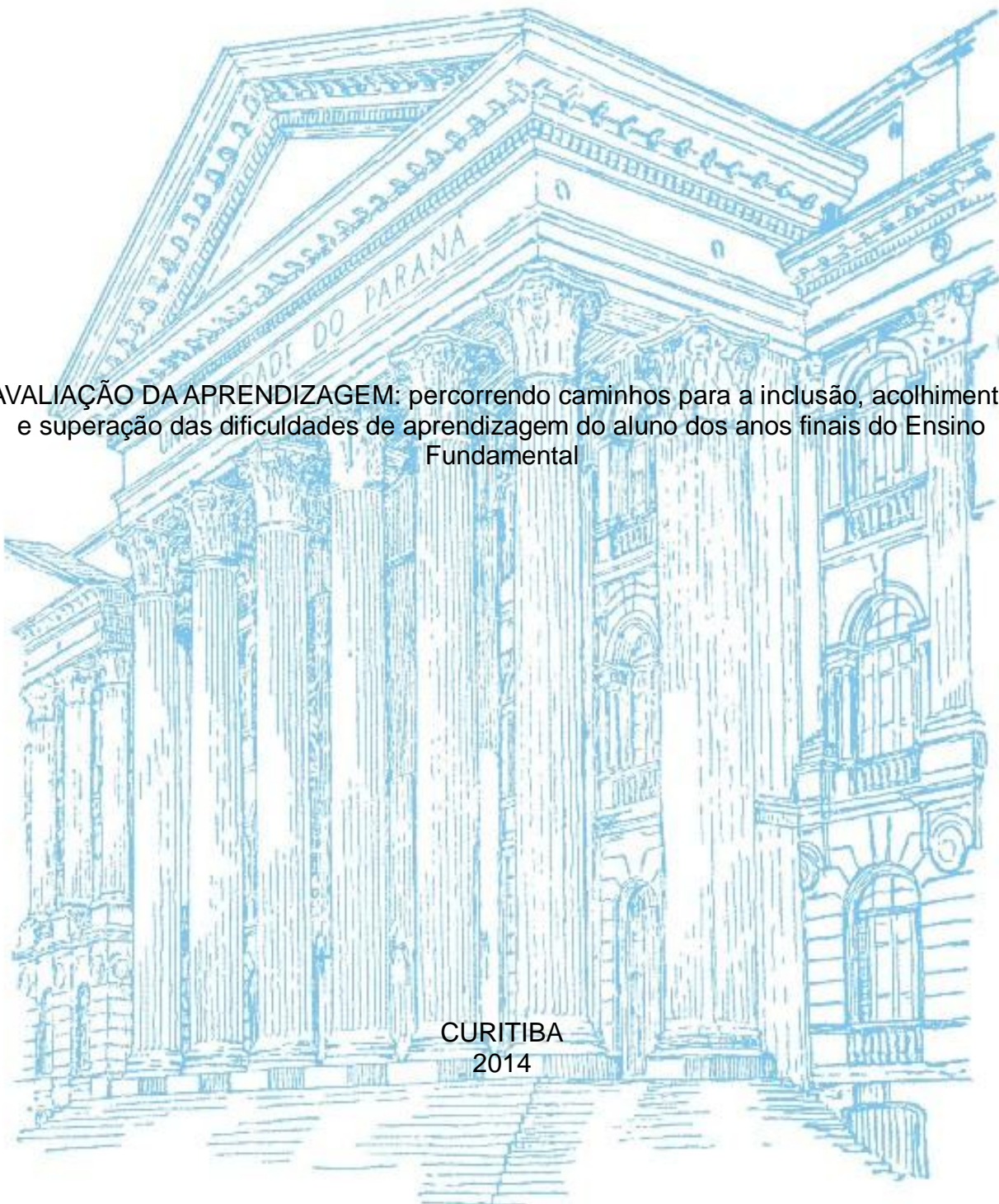
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

MADALENA MARTINS LIMA

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:** percorrendo caminhos para a inclusão, acolhimento e superação das dificuldades de aprendizagem do aluno dos anos finais do Ensino Fundamental

CURITIBA  
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

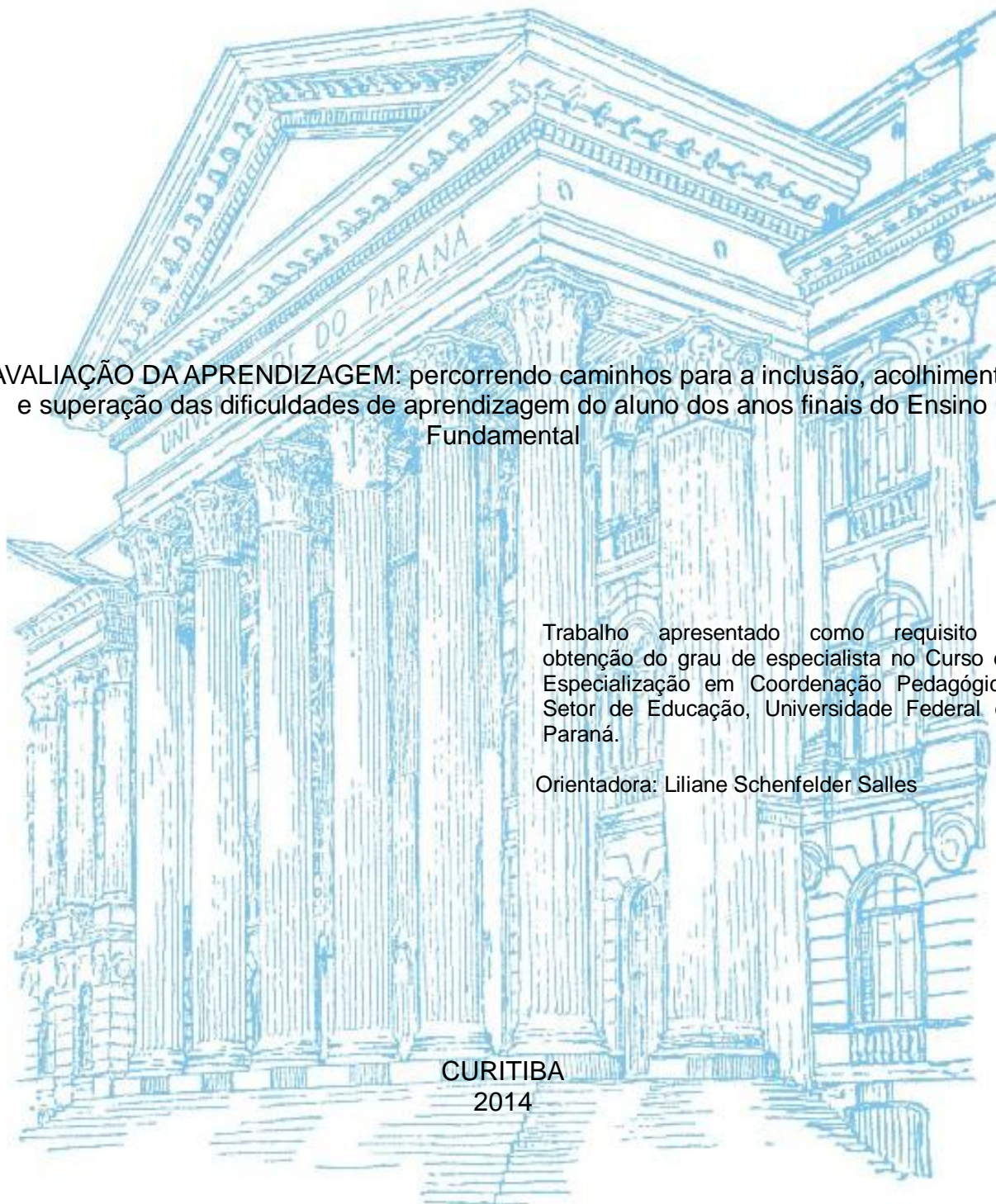
MADALENA MARTINS LIMA

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:** percorrendo caminhos para a inclusão, acolhimento e superação das dificuldades de aprendizagem do aluno dos anos finais do Ensino Fundamental

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Liliene Schenfelder Salles

CURITIBA  
2014



**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:** percorrendo caminhos para a inclusão, acolhimento e superação das dificuldades de aprendizagem do aluno dos anos finais do Ensino Fundamental.

Madalena Martins Lima\*

**RESUMO:** O presente artigo buscou discutir e refletir o processo de avaliação da aprendizagem que norteia a educação básica nos anos finais do ensino fundamental, para aprofundar as reflexões sobre quais caminhos são necessários percorrer para a inclusão, acolhimento e superação das dificuldades de aprendizagem do aluno, com ações que conduza de fato ao conhecimento, assim apresentou o objetivo de reconhecer as concepções da avaliação, para superação das dificuldades referentes ao ensino aprendizagem com a compreensão de que o mesmo se completa quando inclui, acolhe, aponta soluções, mostra caminhos e facilita a tomada de consciência do aluno sobre a sua aprendizagem. Na atualidade, a avaliação ainda é bastante debatida e criticada e gera divergências de opiniões no ambiente escolar, mesmo assim, há poucas mudanças a respeito, contudo, fortalece o entendimento de que a avaliação é um processo de alta relevância para a educação, é inadmissível que seja motivo de bloqueios e frustrações, mas de bons momentos entre alunos e professores, na busca de novos caminhos e realizações, enfim é nessa relação que se dá a aprendizagem e possibilita a avaliação de ambos e para que atinja os resultados desejados a avaliação precisa ser sistemática, contínua e integral. A pesquisa foi fundamentada em autores como Luckesi (2008), Hoffmann (2010), Ferreira (2009), Vasconcellos (1994) e Sant'Anna (2011). Houve pesquisa de campo com alunos e professores, acompanhados de questionários com questões dissertativas, para compreender e explicar o assunto abordado. O estudo sobre a avaliação da aprendizagem traz a compreensão de que o processo de mudança acontecerá aos poucos e em longo prazo, mas que com o predomínio da persistência, todos começarão rever suas posturas, com o entendimento de que se houver a modificação do que não está satisfatório, há a esperança em trazer de volta o nosso aluno ao prazer e gosto pela aprendizagem.

**Palavras- chave:** Avaliação. Ensino e Aprendizagem. Mudanças e Compromissos.

---

\*Artigo produzido pela aluna Madalena Martins Lima, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Liliane Schenfelder Salles. E-mail: liesa@uol.com.br

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>2 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DA AVALIAÇÃO</b> .....	8
2.1 A LDB Nº 9394/96 E A LEI Nº 12796/13: DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM .....	11
<b>3 REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM</b> .....	13
<b>4 A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR</b> .....	18
<b>5 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO</b> .....	20
<b>6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DE DADOS</b> .....	22
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	25
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	27

## 1 INTRODUÇÃO

Com o objetivo de discutir sobre a avaliação da aprendizagem, assunto alvo de reflexões e debates no contexto escolar, constata-se que todo ser humano vive num constante processo de avaliação, mesmo em atitudes espontâneas e imperceptíveis, pois avaliar é um ato natural presente no nosso cotidiano, portanto avalia-se tudo e em todos os momentos da vida.

O estudo surgiu com a necessidade de desenvolver discussões e reflexões fundamentadas em pressupostos teóricos metodológicos sobre avaliação escolar, apoiando-se em abordagens de Luckesi (2008), Hoffmann (2010), Ferreira (2009), Vasconcellos (1994), Sant'Anna (2011) entre outros autores, cuja finalidade foi buscar respostas para práticas pedagógicas assertivas no que se refere a avaliação da aprendizagem, então considera-se a participação dos professores, pedagogos, gestores escolares, pais e alunos, com o intuito de amenizar questões referentes ao tema, para se chegar bem próximo do ideal, que é uma avaliação processual e formativa.

Conforme salienta Luckesi (2008, p.119), "a avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível", assim sendo, verifica-se que no ambiente escolar, a avaliação da aprendizagem é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento do educando, e por vezes, ainda é incompreendida pelos educadores, que também se encontram insatisfeitos com as práticas avaliativas atuais e por isso há um intenso desejo de mudança, para que as avaliações aconteçam com êxito.

A realização deste estudo visou aprofundar as reflexões sobre quais caminhos são necessários percorrer para a construção de uma aprendizagem que conduza de fato ao conhecimento, especificamente para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental.

O assunto é polêmico e gera divergências de opiniões entre alunos, pais, professores, gestores, equipe pedagógica e outros que compõem o sistema de ensino. Tão importante é, que não se esgota em reuniões pedagógicas, administrativas e muito

menos nos Conselhos de Classe. De acordo com leituras efetuadas, há anos que o tema traz insatisfações e discussões entre os envolvidos e, vemos que pouco se tem mudado a respeito, pois a avaliação continua da mesma forma, sem analisar os resultados e buscar meios para resolver as dificuldades dos alunos.

Para Luckesi (2008), a avaliação utilizada nos dias de hoje, do ponto de vista político pedagógico é antidemocrática e excludente, porque está centrada em “aplicar provas”, “atribuir notas”, “coletar dados” e não no sujeito/aluno ou em quem aprende, tornando-se um processo de exclusão social, que seleciona os mais aptos.

Na realidade, o avanço de todos os alunos é o grande desafio da educação no século XXI, diferente do passado quando se desconhecia o fracasso escolar, a educação era restrita a elites, quem não aprendia ficava para trás sem nenhum problema, porém na atualidade, faz-se necessário realizar este enfrentamento com muito rigor, com a prática da inclusão e do acolhimento.

Ferreira (2009, p.23) diz:

A avaliação é um procedimento útil e necessário para redirecionar qualquer prática, seja ela individual ou coletiva. No âmbito escolar, se apresenta como uma alternativa para a tomada de decisões pedagógicas. No entanto ela é uma prática que se arrasta por séculos sem muitas mudanças, desde que passou a ser usada de forma sistemática no processo ensino-aprendizagem.

Observa-se que a avaliação da aprendizagem não é praticada no sistema escolar na essência de seu verdadeiro sentido, que é diagnosticar se houve a apropriação dos conhecimentos, para ter ciência de quais são as dificuldades apresentadas, partindo daí, com os resultados obtidos, tomar decisões que propiciem êxito, só assim se concluirá o ciclo completo da avaliação, de acordo com a abordagem de Luckesi (2008), o objetivo maior da avaliação é a transformação social com resgate de sua função diagnóstica.

No entanto, a avaliação ainda é feita sem nenhuma reflexão sobre o que o aluno realmente está aprendendo, observa-se essa dificuldade no cotidiano e convivência escolar, pois no transcorrer do dia a dia, falta tempo para que sejam feitos estudos e reflexões que contribuam para que haja uma mudança significativa no processo, para melhor compreensão de que a nota não é resultado de aprendizagem,

segundo Hoffmann (2010), é necessário desenvolver uma consciência crítica com embasamento teórico para entender essa prática, que não será com imposição, mas com formação.

Outrossim, observa-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº.9394 de 20/12/96 alterada pela Lei Nº.12.796 de 04/04/13 determina que a avaliação seja, “contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais” (p.7)

Contudo, muitas vezes percebe-se o prevalecimento dos aspectos quantitativos, e o educando fica sem oportunidade de revelar suas capacidades intelectuais e cognitivas, por isso observa-se que a prática nem sempre está sendo coerente com a teoria e a lei não cumprida com eficiência, de acordo com a finalidade que é proposta.

Com tantas inovações que temos hoje, como avanços tecnológicos e as atualizações instituídas pela sociedade, o que se percebe é que a escola ainda segue o modelo do século XVII, onde a avaliação ainda é praticada de forma classificatória e seletiva, logo surge a necessidade de fomentar discussões a um assunto passível de atenção especial, visto que, existem professores interessados em novas formas de proceder a avaliação, conscientes de que esta é a única maneira de contribuir para a melhoria da aprendizagem, portanto lhes falta uma formação consistente orientada por teorias bem fundamentadas e adequadas à comunidade escolar.

Em suma, o intento deste estudo foi de repensar uma nova concepção de avaliação, através de reflexões sobre a inclusão do educando no processo ensino aprendizagem, com propostas de acompanhamento pedagógico, onde o próprio aluno tome consciência dessa construção, e o professor passe a ser um mediador, com uma avaliação facilitadora para o ensino-aprendizagem.

A pesquisa representa novas abordagens sobre o processo de avaliação da aprendizagem, assim partiu-se da aplicação de questionários com questões dissertativas aos alunos e professores com o intuito de compreender como a avaliação é realizada atualmente na escola e qual é sua intencionalidade, o procedimento tem a finalidade primordial de fomentar uma vasta discussão com os educadores sobre o

processo avaliativo, por isso possui o objetivo de reconhecer concepções de avaliação, para superação das dificuldades referentes ao ensino aprendizagem com a compreensão de que o mesmo se completa quando inclui, acolhe, aponta soluções, mostra caminhos e facilita a tomada de consciência do aluno sobre a sua aprendizagem.

Sendo assim, este estudo sobre a avaliação da aprendizagem escolar trouxe a seguinte organização:

- Considerações históricas da avaliação – apresentam-se as considerações históricas da avaliação escolar, com as diferentes concepções no decorrer dos tempos, com ênfase na LDBEN nº. 9394/96 alterada pela Lei nº.12.796/13;
- Reflexões sobre a prática da Avaliação da Aprendizagem – prossegue-se refletindo sobre a prática da avaliação da aprendizagem de maneira geral;
- A avaliação no contexto escolar – enfatiza-se como a avaliação se apresenta no contexto escolar, diante dos alunos, pais, professores e gestores escolares;
- Instrumentos de avaliação - por fim, apresenta-se uma reflexão sobre os instrumentos de avaliação com sugestões para serem utilizados no momento apropriado de um trabalho educativo/prática pedagógica, embora diante da complexidade do tema, não foi possível abordar todos os aspectos.

Diante disso, enfatizamos a discussão dessas e outras questões que se apresentou por meio deste artigo, e que estamos cientes das dificuldades que temos em praticar uma avaliação processual, contínua e formativa, assim se torna uma meta a ser desenvolvida no nosso dia a dia escolar, para que mudanças aconteçam e transformem essa realidade, por esse motivo, estamos em busca de conhecimentos por meio de pesquisas que investiguem a avaliação, para possibilitar a reorganização da prática docente.

## **2 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DA AVALIAÇÃO**

Desde os tempos remotos, a avaliação está presente na vida dos indivíduos,

pois a educação surge com o nascimento do homem e de forma espontânea e naturalizada, a avaliação, portanto o homem não vive sem vigiar, realizar suas comparações e seus julgamentos, tais concepções existem desde que o homem começou a viver em sociedade e desenvolver suas atividades.

Nagel (1986), afirma que a visão que se tem de sociedade, trabalho e homem, faz com que a maneira de avaliar se encaminhe para novos rumos e tenha vários significados. Segue um percurso dependendo de como é formada a sociedade, de como agem as pessoas nela pertencentes, como são suas ideias e suas posturas diante das situações que ora vivenciam, desse modo, surgem caminhos para a avaliação, de acordo com a época, com a sociedade, contexto onde se insere e com a sua intencionalidade.

Pela visão grega, o homem é um ser racional com plenas condições de se aperfeiçoar e desenvolver a sua intelectualidade, mas o trabalho era para a classe inferior, e viviam numa sociedade formada pelos camponeses, artesãos ou escravos e pelo cidadão (família do rei, ricos, letrados e sacerdotes), estes com direito ao ócio, sendo assim, enquanto a classe inferior trabalhava, o cidadão se dedicava a pensar, discursar e argumentar e era considerado livre. De acordo com as considerações de Saviani (2008, p.37), “[...] o homem, o ser humano, era identificado com o homem livre; o escravo não era ser humano, conseqüentemente a essência humana só era realizada nos homens livres”. Tais condições permitiam que a desigualdade fosse vivida incontestavelmente e a classe dominada entendia que eram predestinados para a servidão coletiva, assim sendo, na sociedade desigual e opressora eram avaliados para que permanecesse cada um no seu lugar, no qual foi predestinado viver, com a impossibilidade de qualquer manifestação de interesse à mudança.

Na Idade Média, a visão é de que o homem é um ser racional criado por Deus que lhes deu uma alma, nesse período há uma valorização do conhecimento religioso e o modo de vida em sociedade permaneceu, então predominou o método racional e o argumento da autoridade, os inferiores por natureza trabalhavam para suprir as necessidades das camadas superiores.

O conhecimento religioso é considerado indispensável para o homem. Para que este possa atingir seu fim último. E o fim último de todos, e de cada um,

está além da Terra, no reino dos Céus. O conhecimento e reconhecimento das Leis Divinas, através de estudos racionais, era considerado o suficiente para o homem agir na Terra em consonância com o seu criador (NAGEL, 1986, p.4).

Nesse período da história, a educação era para poucos e marcada pela influência da igreja, a maioria não tinha acesso aos livros e de acordo com Saviani (2008) o homem possuía uma essência predeterminada, com os seus destinos marcados para ser servo ou senhor, desta maneira a educação era específica para o ócio e a maioria continuava se educando pelo trabalho, nesta circunstância a avaliação vinha da preocupação com a ordem social, definidas pela lei de Deus, impedia que homens mudassem a estrutura social com suas ideias e assim permaneciam em suas condições de dominados.

Na Idade Moderna, grandes mudanças acontecem por ocasião da reforma religiosa que foi a fase de grandes transformações, surgem novos olhares sobre religião e economia, marcados com grandes fatos e eventos, acontecem então, a ascensão da burguesia – classe revolucionária, e passam a ser avaliados a nobreza e o clero. Tem início a compreensão sobre as ideias de igualdade entre os homens, e estes são vistos como animal racional, que com o seu trabalho, usufrui de melhoras ao produzirem em maiores quantidades, questiona-se a escravidão e o poder absoluto dos papas e reis, e com isso surge a democracia burguesa.

Ora esse raciocínio não significa outra coisa senão colocar diante de nobreza e do clero a ideia de que as diferenças, os privilégios de que eles usufruíam, não eram naturais e muito menos divinos, mas eram sociais. E enquanto diferenças sociais configuravam injustiça; enquanto injustiça, não poderia continuar existindo. Logo, aquela sociedade fundada em senhores e servos não poderia persistir. Ela teria que ser substituída por uma sociedade igualitária. É nesse sentido, então, que a burguesia vai reformar a sociedade, substituindo uma sociedade com base num suposto direito natural por uma sociedade contratual (SAVIANI, 2008, P.39).

De acordo com o que foi mencionado se manifestam novas concepções, avaliações e novos conhecimentos, desta feita a ciência foi assimilada como meio de produção, de grande importância para as mudanças sociais, ocasião em que o homem começa exercer a sua cidadania e, assim surge a necessidade de escolarização e a escola passa a ser o centro do processo educativo.

Isto posto, o estudo das leis da natureza com suas transformações torna-se

fundamental e se sobrepõe aos discursos e conhecimentos religiosos e a avaliação prossegue, mas com outro sentido, centrada na concepção de mundo, trabalho e de homem, pois o trabalho torna-se ponto central para a avaliação dos indivíduos.

Ao rever a História do Brasil deparamos com fatos que cada vez mais nos surpreendem, pois pelos estudos realizados foi possível perceber que a avaliação no decorrer de sua história, sempre foi controladora e excludente, para atender uma sociedade dominante e desigual, numa escola que, para assegurar a burguesia dominante, selecionava seu educando e se posicionavam a serviço de uma sociedade dominadora, onde a educação não era considerada de valor, porém, com a Revolução de 1930 e a entrada de Vargas no poder, a educação começou a tomar rumos diferentes e ser vista com um novo olhar no país.

Na contemporaneidade, embora o homem tenha dominado a natureza, ainda não conseguiu a igualdade social, tão esperada e, não ter uma sociedade igualitária é o grande problema da sociedade atual, observa-se que temos o reflexo do passado, somos marcados profundamente por um povo sem ética e sem solidariedade, que aqui chegou com o objetivo de acumular riquezas para si próprios, sem esforços, sem nenhum interesse na transformação social, de formar pessoas críticas, com opiniões próprias, capazes de decidirem o que querem através de seus ideais, desta maneira se formou o nosso país, nossa cultura, nossa educação e nosso povo.

Muito embora ainda não se acredite numa escola que poderá sozinha mudar a sociedade, também não se vê em nossa sociedade ainda dominadora e excludente, mudança radical que possa reduzir o fracasso educacional, acredita-se que podemos fazer a nossa parte e contribuir para iniciar práticas que promovam mudanças dessa realidade na escola, como instituição, parte da sociedade, portanto parte do processo de transformação social.

## 2.1 A LDB Nº 9394/96 E A LEI Nº 12796/13: DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Nº. 9394, sancionada em 20 de dezembro de 1996, e recentemente alterada pela nova LDB Nº.

12.796 de 04 de Abril de 2013 organiza o sistema de ensino, reconhece a importância dos valores na educação, garante a todos o que antes era privilégio de poucos, ou seja, a garantia do acesso e permanência na escola, também permite a base educacional comum e condição igualitária de inserção no mundo do trabalho. E para uma maior compreensão sobre a Avaliação da aprendizagem no sistema escolar recorreremos à legislação vigente.

Entende-se que as maiores referências de um país democrático são as suas leis, são elas que regulamentam e norteiam a vida dos indivíduos pertencentes a sociedade e muitas vezes por falta de conhecimento e até mesmo por interpretações erradas que se faz, não é realidade vivenciada mas, se não há conhecimento, também não temos como cobrá-las, então é de extrema importância conhecermos a lei que rege e fundamenta a nossa área de trabalho, para melhor aplicá-las e lutar por elas.

Como se constata, o processo de avaliação da aprendizagem foi contemplado na alínea a, inciso V, Art. 24, que determina: a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios "Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais", compreende-se que a avaliação não é somente um instrumento de medida e não é uma balança para que o estudante seja pesado, tem um propósito extremamente sério, e antes de tudo, deve fazer parte do processo formativo do próprio aluno.

Em princípio, a avaliação deve ser usada como diagnóstico, partindo-se daí, posicionar e decidir por onde começar, de certa forma, a avaliação mostra o rendimento do aluno, mas acima de tudo, mostra como acontece o processo ensino-aprendizagem, sendo assim, adotar o caminho certo para a busca do ideal é de fundamental importância, considerando acima de tudo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Segundo leituras, os indivíduos aprendem para adquirir conhecimentos, valores, mudar posturas, ter novas visões, para a formação da vida em sociedade, e nunca com a finalidade de serem avaliados, obviamente esses são os verdadeiros aspectos qualitativos, por outro lado, se observa que os aspectos quantitativos são interpretados como pontuações em notas de provas, testes e exercícios, considera-se que tais

procedimentos ainda fazem parte do sistema e podemos usá-los para fins administrativos, mas não podem ser confundidos com a avaliação, existem apenas para a referência de verificação, desta forma, considera-se a nota como um símbolo para o registro do resultado do processo aprendizagem.

Desta forma, a avaliação deverá ser um meio para o processo de ensino e não um fim, pois segundo a LDBEN, “a avaliação é contínua e cumulativa”, sendo acompanhada diariamente, e nunca numa decisão pontual em final de bimestre ou qualquer outro período estabelecido.

Outrossim, Luckesi (2008) nos faz compreender que quando a avaliação é insatisfatória e o educando se encontra em uma situação negativa de aprendizagem, não deve ser considerada para a retenção do aluno e sim, um ponto de partida para se tomar decisões como, rever conteúdos, analisar onde estão as dificuldades e esgotar todas as possibilidades para reverter a situação, sendo que o momento da avaliação não é ponto final do caminho, na realidade são possibilidades para repensar e reencaminhar ações para alcançar os resultados desejados, acredita-se ser este o momento em que o aluno fornece ao professor informações importantes, quando manifesta a sua dificuldade de aprendizagem por meio de seus erros, e de acordo com o autor, os erros são os alertas dados pelos alunos ao professor, são portanto, informações que podem auxiliar no processo de aprendizagem e jamais poderão ser elementos para culpa ou punição.

Rever o processo ensino-aprendizagem com novas concepções e práticas avaliativas torna-se fundamental diante deste contexto e nos faz reconhecer que é necessário discutir incansavelmente no âmbito escolar. Antes, porém, é preciso considerar o ponto do conhecimento que o aluno possui, a partir daí dar condições para a aprendizagem se concretizar. São procedimentos que poderão sem dúvida, abrir caminhos para a superação e para transformação de nossa realidade educacional.

### **3 REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A sociedade contemporânea passa por muitas transformações, que confirmam o propósito de se buscar entender qual é a necessidade do homem atual, que

obviamente não tem o mesmo significado de outras épocas, que viviam e se educavam apenas pelo trabalho. A evolução foi além das expectativas da humanidade e o questionamento que se tem atualmente é sobre o próprio homem na sociedade, sobre o que deseja, aonde quer chegar, que contribuição quer dar a si e aos outros.

Nagel (1986, p.29) afirma que “a avaliação só tem função social quando está intimamente vinculada a um projeto de vida para os homens. Educa-se, ensina-se, para a sociedade que se deseja ver transformada”. Neste contexto, para que a escola como parte da sociedade e a serviço dela atinja a sua função social com a avaliação, precisa repensar seus objetivos, metodologias, currículos, enfim, sua proposta pedagógica, dentro de um processo histórico-cultural, onde está inserido o homem que se deseja formar e as circunstâncias para a sua formação, que vai além dos conteúdos científicos, com abertura de espaços para a prática do exercício da cidadania e da construção do ser ativo, participativo, preparado para fazer diferença na sociedade em que vive. Sendo assim, considera-se a relação homem-homem e homem-sociedade, afinal o papel da escola é conhecê-lo e formá-lo para viver em sociedade.

A avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos (VASCONCELLOS, 1994, p.43).

Assim sendo, a avaliação está interligado com a visão que o ser humano tem de si próprio e da sociedade onde vive, e qualquer que seja, faz com que avalie e compare atitudes e comportamentos, tornando-os críticos uns com os outros, por isso faz-se necessário reflexão visto que, a avaliação da aprendizagem é uma especificidade da avaliação e seu ponto mais importante é a ação, ou seja, tomada de decisão para a superação das dificuldades encontradas, portanto acredita-se estar bem próximo a uma nova fase, de qualidade nas avaliações, assim a prática pedagógica poderá se desenvolver com mais eficiência.

Luckesi (2008, p.71) esclarece que:

No caso da avaliação da aprendizagem, essa tomada de decisão se refere à decisão do que fazer com o aluno, quando a sua aprendizagem se manifesta satisfatória ou insatisfatória. Se não tomar uma decisão sobre isso, o ato de

avaliar não completou seu ciclo constitutivo.

Dessa maneira, surge uma inquietação em relação às práticas avaliativas na escola, seguidas de muitas dúvidas e questionamentos sobre a sua aplicação, pois segundo a concepção de Nagel (1986) há sempre um motivo para avaliar, avalia-se por que há um intento, seja ele para avançar ou para continuar “onde está”.

O presente intento discutiu e refletiu o processo de avaliação escolar que norteia a educação básica nos anos finais do ensino fundamental, é uma questão provocadora que inclui mudança de posturas, sabe-se que novas ideias são insuficientes e exigem-se novas práticas.

Dessa forma, acredita-se ser possível a transformação da avaliação do ensino-aprendizagem, como afirma Luckesi (2008, p.180) “é uma meta a ser trabalhada que, com o tempo, se transformará em realidade, por meio de nossa ação. Somos responsáveis por esse processo”. Por outro lado, observa-se que a avaliação não é praticada a contento das expectativas, que seria numa forma dinâmica, inclusiva e que interessa em todos os momentos, não apenas em momentos pontuais, observa-se que ainda acontecem nos modelos tradicionais, conduzida por uma perspectiva conservadora, limitando-se a preocupar-se com notas e a julgamentos pessoais desnecessários, sendo que numa avaliação de aprendizagem escolar não cabem tais julgamentos, pois trazem prejuízo para a aprendizagem do aluno e conseqüentemente à sua formação.

Diante do exposto, Ferreira (2009, p.10) enfatiza:

A forma como a avaliação vem sendo operacionalizada denota que ainda há uma falta de entendimento de sua real função, uma vez que o processo é usado, acentuadamente, para fins classificatórios e realizados através de instrumentos que privilegiam a memorização, não considerando o todo do aluno bem como sua individualidade.

Entende-se que a real função da avaliação é diagnosticar a situação em que o educando encontra suas dificuldades de aprendizagem sobre os conteúdos não assimilados, ou seja, saber até que ponto o aluno aprendeu, em que estágio encontra sua aprendizagem, e que tais informações servirão como ponto de partida para que haja a tomada de decisões, que contribuam para que se efetive a aprendizagem, rumo

à apropriação do conhecimento. Considera-se que estes procedimentos ou práticas são pouco desenvolvidos por estarmos ainda ligados a modelos pedagógicos conservadores, que conforme narra a história da educação brasileira são modelos com características de exame, são seletivos e classificatórios, entretanto, mudar as práticas é algo complicado e desafiador, envolve fatores internalizados nos sujeitos.

Recorre-se às considerações de Luckesi (2008, p.166) quando diz que:

A avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir função de subsidiar a construção da aprendizagem bem sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar o crescimento.

Por meio desta afirmativa compreende-se que para a avaliação da aprendizagem se concretizar de forma satisfatória é preciso se desvencilhar de teorias antagônicas ao contexto atual e desenvolver novas concepções com base na ação-reflexão-ação, sempre centralizadas no desenvolvimento do processo, considerando que na atualidade a escola funciona para todos, sem exceção.

Como continua apontando Luckesi (2008, p.174), pratica-se uma avaliação ameaçadora, autoritária e seletiva, focada no resultado final (provas) e com finalidade de aprovação ou reprovação, antagônica aos seus objetivos reais: “auxiliar o educando no seu desenvolvimento pessoal, a partir do processo ensino-aprendizagem, e responder à sociedade pela qualidade do trabalho educativo realizado”.

Dessa maneira, há a necessidade de inovar e avançar, no entanto os avanços são poucos significativos, abrem e fecham-se imediatamente, surgem subterfúgios que impedem as mudanças acontecerem, pois se acomoda em rotinas, com resultados aquém ao desejado, na realidade as mudanças precisam ser provocadas e acompanhadas.

Claro, por vezes haverá rupturas num processo de construção da ação. Então, temos de ter a clareza de compreender que na ruptura não se constrói uma ação dimensionada, mas que se redimensiona uma forma nova de agir. As rupturas existem e existirão. Precisamos saber administrá-las, para retirar delas o que há de positivo (LUCKESI, 2008, p.118).

Nesse ponto, entende-se que resistências às mudanças sempre estarão

presentes, principalmente pela acomodação, medo de inovar e desconhecimento das concepções pedagógicas, por outro lado há um grande desejo de alcançar sucesso no trabalho, sendo assim acredita-se que quanto maior for o conhecimento didático e metodológico do docente, mais segurança haverá para aplicá-los com retorno mais apropriado.

De acordo com Ferreira (2009), nas últimas décadas o significado e a validade dos métodos tradicionais estão sendo contestados, há um novo olhar para a prática da avaliação, a autora por meio desta pesquisa procura mostrar práticas avaliativas mais coerentes com o contexto atual e assinala também que, para haver uma reversão no processo, far-se-á necessário envolvimento, comprometimento e mudanças de posturas, isso implica em conscientização de toda a comunidade escolar, com a finalidade de fazer da avaliação um ato educativo.

Recorre-se às considerações acima, para o entendimento de que o processo avaliativo precisa ser democrático, obviamente inclui-se no contexto a participação e o compromisso de todos os envolvidos, considerando os direitos do educando.

Por sua vez, Hoffmann (2010), elaborou uma reflexão sobre a avaliação mediadora enfatizando o diálogo e a mediação como meio de aproximação do educador com o educando, nesta relação há uma forte ligação dos sujeitos no processo, fundamentados no ensinar e aprender. Para a autora, errar e corrigir, numa relação dialógica professor/aluno concebe a construção do conhecimento, por meio da ação-reflexão-ação, então se observa que a avaliação mediadora é fundamental, pois auxilia educador e educando no encontro do ponto certo da superação, para uma avaliação posicionada positivamente a serviço do ensino-aprendizagem.

Considera-se aqui que na avaliação mediadora que o erro faz parte da construção do conhecimento, é o caminho pelo qual o educando percorre para o aprendizado. Diante de tal consideração vale enfatizar que, embora seja uma proposta interessante, requer cuidados especiais para evitar exageros.

Vasconcellos (1994, p. 71), reporta-se para a importância do erro, e afirma:

Numa perspectiva transformadora, o que se propõe é que o erro seja trabalhado como uma privilegiada oportunidade de interação entre o educando e o professor, ou entre os próprios educandos, de modo a superar suas hipóteses, em direção a outras mais complexas e abrangentes.

Acredita-se que todo o trabalho a ser desenvolvido durante o processo ensino-aprendizagem, e principalmente a avaliação, exigem estudos e aprofundamentos em teorias bem fundamentadas, com um planejamento bem elaborado, técnicas bem aplicadas, valorização a continuidade e a apropriação do conhecimento. Desta forma, avaliar a aprendizagem não se limita a ministrar aulas, aplicar provas e corrigi-las, mas em acompanhar o educando em seu desenvolvimento na perspectiva da apropriação e construção do conhecimento e em sua formação integral, é evidente que esse é o papel da escola, formar um cidadão autônomo e autoconfiante.

Lembra Luckesi (2008, p. 180) que:

O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina o diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se a melhoria do ciclo de vida. Deste modo, por si, é um ato amoroso. Infelizmente, por nossas experiências histórico-sociais e pessoais, temos dificuldades em assim compreendê-la e praticá-la.

Os autores mencionados trazem semelhanças em suas concepções de Avaliação da Aprendizagem, portanto tal pesquisa se fundamentou na contemplação de todas as propostas aqui sintetizadas, e finalmente, diante da complexidade do tema, compreende-se que não haverá um ponto final para tal discussão, que tem o intento de apresentar novas concepções às práticas avaliativas no processo ensino-aprendizagem. O educador avaliará suas práticas pedagógicas e o educando a sua aprendizagem.

#### **4 A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR**

Atualmente, a avaliação ainda é bastante debatida e criticada e gera divergências de opiniões entre alunos, pais, professores, gestores, equipe pedagógica e outros que compõem o sistema de ensino. Mesmo com tantas insatisfações e discussões, pouco se tem mudado a respeito e a avaliação continua da mesma forma, em que o professor ministra os conteúdos através de aulas e aplicação de exercícios, e

após um período trabalhado faz a denominada avaliação, observa-se que tal procedimento é realizado por meio de provas ou outros instrumentos que deveriam possibilitar ao aluno demonstrar a sua compreensão do conteúdo estudado, nota-se que a elaboração destes instrumentos muitas vezes traz questões de difícil compreensão, e a repetição desses procedimentos causam a desmotivação do aluno, e assim, nesse clima ritualístico surgem respostas embromadas, as colas e as decorebas, partindo daí, é realizada a correção e a atribuição de valores, que correspondem o quanto o aluno aprendeu e qual é seu nível de conhecimento. Quando o resultado é insatisfatório, é comum afirmar que o aluno não estudou, no entanto é preciso ter bem claro que nem sempre é o que acontece, e diante disso, ficam aluno/pais e professor/escola num processo de confronto com a nota, deixando de se preocupar com o principal que é o ensinar e o aprender, além disso, há o desvirtuamento da avaliação, ficando descaracterizada, sem validade significativa para a qual é destinada.

Quando se fala em avaliação, logo vem a imagem de provas e notas como recursos predominantes, pois as atitudes ainda não mudaram, creio que, educando e educadores devem procurar juntos a construção do conhecimento, visto que avaliar é um procedimento necessário no processo ensino-aprendizagem para ter o conhecimento da evolução do aluno. Sabe-se que uma avaliação consciente não segue padrões definidos, pois os alunos são diferentes, sendo que há os que trazem certo conhecimento orientado pelo exemplo e incentivo dos pais, com acesso a literaturas, internet, viagens e ambientes por eles frequentados que auxiliam no seu aprendizado e na sua leitura de mundo, ao contrário da maioria que por não possuir alternativas e orientações adequadas, acabam sendo influenciados por outros mecanismos prejudiciais a sua formação, neste contexto, o estudante precisa ser visto como ser único, sem ser comparado com outros, mas consigo mesmo, com sua própria capacidade. Torna-se indispensável oportunizar a todos os mesmos conhecimentos e ao avaliar, fazer uma leitura da realidade de cada aluno e com discernimento respeitar sua subjetividade.

Em épocas de grandes mudanças sociais, percebe-se que na educação, tais mudanças acontecem de forma lenta, e com a avaliação da aprendizagem não é

diferente, pois é parte do processo, muitas vezes acomoda-se com a tendência de repetir modelos aprendidos na formação, por isso, não há dúvidas de que precisamos de mais capacitação e de maior valorização profissional, mas antes de tudo, temos que estar conscientes de nosso papel na educação, com responsabilidade e compromisso, fazem-se necessário então, uma nova postura para a avaliação, com práticas que eliminem velhos hábitos, que ainda se mostram presente no nosso cotidiano, desta forma, são necessários novos estudos e reflexões que nos torne aptos para desconstruir uma concepção ultrapassada de avaliação e sermos capazes de inová-la. Para isso é fundamental o aprofundamento de discussões sobre o fato de que não é suficiente mudar práticas pedagógicas, se continuarmos com a mesma maneira de avaliar.

Sant'Anna (2011, p.7) afirma que:

A avaliação escolar é o termômetro que permite confirmar o estado em que encontram os elementos envolvidos no contexto. Ela tem um papel altamente significativo na educação, tanto que nos arriscamos a dizer que a avaliação é a alma do processo educacional.

Com a afirmação acima citada, a autora fortalece o entendimento de que a avaliação é um processo de alta relevância para a educação, é inadmissível que seja motivo de bloqueios e frustrações e sim, bons momentos entre alunos e professores, na busca de novos caminhos e realizações, enfim é nessa relação que se dá a aprendizagem e possibilita a avaliação de ambos.

## **5 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO**

A discussão sobre a avaliação da aprendizagem não é nova, igualmente a busca pelos instrumentos de avaliações adequados para coletar dados necessários para tomadas de decisões também é discussão de longa data na educação, compreende-se que a avaliação processual dispensa o uso de instrumentos para identificação de nível de desempenho e o ideal seria a inexistência do sistema de notas, visto que a aprovação ou reprovação do aluno deveria estar atrelada a sua efetiva aprendizagem, relacionada a conhecimentos mínimos necessários a sua formação integral.

Vasconcelos (1994, p.55) utiliza-se da seguinte argumentação: “Não se pode conceber uma avaliação reflexiva, crítica, emancipatória num processo de ensino passivo, repetitivo, alienante”. De fato, isto se torna uma meta a ser trabalhada em busca da modificação desta realidade.

Realmente, o super valor das notas e o uso exclusivo de provas e testes como instrumentos de avaliação, ainda predominam dentro de nossas escolas, sendo que tais instrumentos impossibilitam avaliar o aluno em todos os aspectos e de contemplá-lo como um ser integral. Para Luckesi (2008, p.24), “[...] as notas se tornam a divindade adorada tanto pelo professor como pelos alunos. [...] é em função dela que se vive na prática escolar”. Então, questiona-se por que há tanta dificuldade de superação junto ao uso destes instrumentos, visto que esse procedimento ritualístico não traz benefício, ao ser usado aleatoriamente.

Ferreira (2009, p.111) observa: “Não queremos com essa posição sugerir que a prova seja banida do processo de avaliação, mas que seja menos valorizada como meio para se detectar o grau de aprendizagem”. Como se constata, as notas e conceitos estão ainda bem presentes na prática escolar e a legislação educacional determina essa forma de registros nos resultados de aprendizagem, portanto, não há como suprimir esse procedimento de nossas práticas de um dia para outro, mas recomenda-se que ao utilizá-los atentem para que os valores qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos e que sejam bem diversificados, aconselha-se que todos os instrumentos de avaliação antes de serem utilizados precisam ser bem analisados e elaborados com muita atenção, pois são informações que deverão auxiliar nas tomadas de decisões, quando bem diversificados podem ser justos, coerentes e imparciais. Ferreira (2009, p. 114) continua “quando o processo se apresenta de forma desvirtuada, observamos que o aluno é o mais atingido – é o que mais sofre psicologicamente”. Por isso, recomenda-se que o professor por meio de instrumentos de avaliação, com cautela, obtenha dados que o possibilite avaliar se houve aprendizagem ou não, partindo daí, poderá tomar decisões com intervenções pedagógicas, que facilitem a apropriação dos conhecimentos e supere suas dificuldades, viabilizando o avanço na aprendizagem.

A avaliação deve ser contínua, com as próprias atividades diárias, para isso,

cabe ao professor/professora mediador do processo, acompanhá-la, para possibilitar a superação do senso comum, que significa não separar os momentos entre avaliação e processo ensino-aprendizagem. Aplicar instrumentos isoladamente torna-se um procedimento insignificante para o processo, para que atinja os resultados desejados a avaliação precisa ser sistemática, contínua e integral, portanto são necessários cuidados especiais ao aplicar os instrumentos de coletas de dados para avaliação, para que não o façam de maneira excessiva ou desmedida, acredita-se que, se bem utilizados, contribuirão para que haja um maior significado na aprendizagem do aluno, deixando de ser simplesmente um número registrado em nossos diários de classe, tendo como boas alternativas, quando necessário.

## **6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DE DADOS**

Para fins de análise e ação, a pesquisa direcionou-se aos alunos e professores do ensino fundamental anos finais, de um colégio da rede estadual localizado na região norte pioneiro do Estado do Paraná, que possui atualmente 220 alunos matriculados e 25 professores, sendo que as salas de aulas são heterogêneas, isto é, formadas por alunos com diferentes níveis de conhecimento, portanto com necessidades de atividades diversificadas para avançarem. Iniciou-se a investigação por meio de questionários individuais com questões dissertativas, por amostragem, com 20 alunos do 7º ao 9º ano e 8 professores, cuja finalidade foi buscar opiniões e informações dos envolvidos, sobre como está o processo de avaliação na escola.

Para mencionar os professores, utilizou-se os códigos P1 para o professor 1; P2 para o professor 2, e assim sucessivamente. Para os alunos utilizou-se os códigos A1, para o aluno 1; A2 para o aluno 2, e assim por diante. Desta forma e com os dados coletados apresentou-se a análise de dados desta pesquisa que iniciou-se com a apresentação da concepção do(a) professor(a) sobre avaliação da aprendizagem e observou-se que apenas 37,5% conceitua a avaliação como processo contínuo e 62,5% diz que serve para verificar se os conteúdos foram assimilados ou não. Neste sentido subentende-se que a maioria ainda realiza simplesmente a verificação da

aprendizagem. Para melhor compreender a situação exposta, Vasconcelos (1994, p.55) utiliza-se da seguinte argumentação: “Não se pode conceber uma avaliação reflexiva, crítica, emancipatória num processo de ensino passivo, repetitivo, alienante”. Por isso o ato avaliativo não deve ficar apenas na verificação, pois envolve decisão do que fazer com os resultados, para ressignificar a aprendizagem.

Observou-se também que para 37,5% dos professores as avaliações aplicadas atualmente não estão favorecendo a melhoria da aprendizagem. “Muitas vezes o professor não utiliza a avaliação como um suporte para o seu trabalho, mas sim, como forma de medir, dar nota ao aluno”. (P1)

Obteve-se 25% de resposta positiva para a questão e uma professora justifica: “A forma como se avalia o aluno sempre deve ser revista, pois sempre podemos melhorar e elaborar diferentes formas de avaliação, mas acredito que a partir do momento em que revejo a minha forma de avaliar, com certeza a avaliação torna-se a favor da aprendizagem”. (P3), segundo a abordagem de Luckesi (2008, p.180) “é uma meta a ser trabalhada que, com o tempo, se transformará em realidade, por meio de nossa ação. Somos responsáveis por esse processo”.

Constatou-se também que 37,5% dos professores dizem que a nota é apenas representativa, e 50% deles veem na nota uma investigação para saber se o aluno aprendeu. “A nota nos diz se aquele aluno conseguiu assimilar o conteúdo, sei que é errado pensar assim, mas é a realidade, os alunos já estão mecanizados a ganharem nota para tudo”. (P5)

Quando questionados sobre em que momento avalia seus alunos, observa-se que apenas uma professora dá importância para a avaliação pontual e que 87,5% dos professores respondem que avaliam continuamente no desenvolvimento das aulas. “Esses momentos representam não só a avaliação do aluno, mas sobretudo o meu trabalho como docente, onde estão meus erros e onde posso melhorar”. (P3)

Sobre os instrumentos avaliativos mais utilizados pelos professores da escola pesquisada, respondem que são os trabalhos direcionados por pesquisas realizadas em grupo com apresentação em sala de aula. Constatou-se que seminários e debates são utilizados por 25% dos professores, os outros 25% escreveram que fazem uso regular das provas dissertativas e de múltipla escolha. Ao serem questionados sobre

qual atitude tomam após um resultado insatisfatório de avaliação, 100% respondem que retomam os conteúdos de forma diferenciada e aplica uma nova avaliação para sanar as dificuldades encontradas pelo aluno.

Por outro lado, com relação a visão do aluno, ao analisar as respostas observou-se que 40% deles afirmam que as avaliações feitas na escola são boas, mas poderiam ser melhores. Queixam-se que nem todos os professores trazem avaliações bem elaboradas que contribuam para os bons resultados. 10% dos alunos respondem que deveriam ser utilizados outros instrumentos que não sejam provas e trabalhos, expõem que essa prática raramente é aplicada; 25% respondem que as avaliações são super bem aplicadas e 25% diz que as avaliações nem sempre são boas e depende do professor (a) para se ter uma boa avaliação. Um aluno expõe: “Na minha opinião, são razoáveis, pois os professores “pegam leve”, eles poderiam ser mais rígidos”. (A4)

Quando questionados sobre o que interfere para que os resultados não sejam satisfatórios mencionam (60%) que a indisciplina atrapalha o rendimento da turma, 30% dos alunos atribuem o resultado insatisfatório a inexperiência do professor e 10% aos conteúdos que não viram e foram cobrados nas avaliações.

Quanto aos instrumentos de avaliação mais utilizados pelos seus professores, 95% citam as provas, trabalhos e atividades no caderno e um aluno responde: “Primeiramente as provas escritas ou então um trabalho e alguma apresentação em sala, que dificilmente acontece”. (A14). Aqui podemos recorrer às considerações de Ferreira (2009, p.111) quando afirma: “Não queremos com essa posição sugerir que a prova seja banida do processo de avaliação, mas que seja menos valorizada como meio para se detectar o grau de aprendizagem”.

Para 65% dos alunos, o professor após um resultado insatisfatório na avaliação procura saber onde estão suas dúvidas e avaliam novamente com a prova de recuperação. Para 35% dos alunos os professores simplesmente aplicam uma segunda prova, sem retomar os conteúdos. “Quanto a isso é ótimo, sempre dão várias recuperações e só deixam com nota baixa se realmente não tiver outro jeito”. (A4) Nessa questão percebe-se claramente que a preocupação é com a recuperação da nota e não com a apropriação dos conhecimentos. Para Luckesi (2008, p.24), “[...] as notas se tornam a divindade adorada tanto pelo professor como pelos alunos. [...] é em

função dela que se vive na prática escolar”. Por esse motivo é necessário mudanças nas propostas avaliativas, com foco no desenvolvimento do aluno e na apropriação do conhecimento.

A última questão analisada foi se para eles a prova é a melhor maneira de saber se o aluno aprendeu, 40% dos alunos respondem sim, 45% respondem não, e o restante fica em dúvida. Uma aluna respondeu: “Talvez, pois tem alunos que aprenderam e sabem fazer a prova normalmente e tem alunos que sabem, mas ficam muito nervosos e perdem a concentração”. (A2). Outra aluna responde: “Em termos sim, pois ali o aluno mostrará tudo que aprendeu, mas muitas vezes as “colas” interferem, outras vezes não aprendemos bem sobre o assunto, e assim as provas só nos prejudicam”. (A1) Esses dados revelam que a prova marcada não é a melhor maneira de avaliar, pois muitos colam ou só decoram o conteúdo e logo esquecem, ou o aluno pode estar com problemas e sem condições de realizá-las com êxito.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para as breves considerações retornamos ao problema que nos impulsionou a realização da pesquisa, que foi o questionamento sobre como a avaliação da aprendizagem é realizada atualmente na escola, quais são suas concepções e intencionalidade, assim sendo, os estudos e reflexões sobre o tema representou a iniciativa de fomentar discussões com os educadores do colégio pesquisado, objetivando a compreensão de que o ciclo avaliativo se completa quando inclui, acolhe, aponta soluções, mostra caminhos e facilita ao aluno o reconhecimento com clareza sobre o resultado de seu processo de aprendizagem.

A pesquisa de campo realizada nos trouxe a compreensão de que há muito a fazer para que a avaliação no cotidiano escolar tenha o real significado e que deixe de ser um instrumento de seleção e de punição. Verificou-se também, que a nota é compreendida como ameaça e é bastante usada para manter a disciplina em sala de aula e não para que se alcance uma aprendizagem efetiva, e que o aluno se preocupa em tirar notas para passar de ano, sendo que os pais também possuem essa compreensão. A nota foi identificada como fator primordial no contexto escolar.

Partindo daí, observaram-se também as dificuldades encontradas pelos docentes para avaliar e também para aplicar as recuperações paralelas previstas no Regimento Escolar do estabelecimento pesquisado. Concluiu-se que isso acontece pela resistência em aceitar as condições do aluno, verificou-se ainda, que são comuns os julgamentos que visam os problemas pessoais dos alunos. Por esta razão, o processo avaliativo é aplicado de forma punitiva e agressiva, perdendo o seu significado primordial, se transforma em momentos conflituosos, de constrangimento e de tensão para todos, quando deveria ser afetuoso, no sentido de acolher e nutrir o conhecimento. Desta maneira, houve a percepção de que o processo de avaliação apresenta-se extremamente confuso na comunidade escolar, e por isso traz preocupação, visto que houve contradições nas respostas dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

O presente estudo se desenvolveu com a intencionalidade de organizar a participação dos professores e alunos com mais eficiência, pois ações inovadoras já estão acontecendo dentro da escola, mas a participação ainda não é plena e para elevar o fator qualidade de ensino é necessário transformações e mudanças nos procedimentos dos envolvidos no processo.

De acordo com o que foi mencionado, propõem-se novos estudos e reflexões, por meio de grupos de estudos e seminários, direcionados por debates e discussões, com orientações para novas leituras e pesquisas sobre o assunto abordado, para isso o conteúdo precisa ser enriquecido com recursos tecnológicos e audiovisuais, com a finalidade de ofertar uma proposta que visa instruir o público-alvo, sugerindo fontes de pesquisas e busca por soluções inovadoras para o processo avaliativo.

Finalmente, houve a compreensão de que a avaliação precisa de mudanças urgentes e profundas, apesar das resistências e mesmo sabendo que isso acontecerá aos poucos e em longo prazo, mas que com persistência, todos começarão a rever suas posturas, com o entendimento de que se houver a modificação do que não está a contento, há também a esperança em trazer de volta o nosso aluno ao prazer em aprender.

Enfim, dada a complexidade do assunto em estudo, não haverá uma finalização na pesquisa e para essa discussão, que tem o intento de apresentar novas concepções

às práticas avaliativas no processo ensino aprendizagem até chegarmos ao ponto em que o docente autoavale as práticas pedagógicas e o aluno tome consciência de sua aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei Federal nº. 9394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 25/05/2012.
- FERREIRA, Lucinete Maria Sousa. **Retratos da Avaliação: Conflitos, desvirtuamentos e caminhos para a superação**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 30. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- NAGEL, Lizia Helena. **Avaliação, Sociedade e Escola: Fundamentos para Reflexão**. In: Secretaria de Estado da Educação-PR. Curitiba, 1986.
- SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?: critérios e instrumentos**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara e onze teses sobre educação e política**. 40. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo: vol. 5).
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. 4. ed. São Paulo: Libertad, 1994.
- GENTILE, Paola. **Avaliação nota 10**. [S.l.]: Revista Veja On-line, 2001. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/avaliacao/avaliacao-nota-10-424569.shtml>, acesso em 28/04/2014.
- BIBLIOGRAFIAS**
- COLÉGIO ESTADUAL LEÃO SCHULMANN. **Regimento Escolar Aprovado pelo NRE de Ibaiti, Paraná**, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico**. 2014.

DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução de: Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

NUNES, Odilon Carlos. **Política e Diretrizes para Avaliação Escolar no contexto de mudanças e reformas educacionais no Paraná nos anos 80**. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

PARANÁ, CEE. Deliberação nº 007/1999. Curitiba: CEE, 1999.

PARANÁ. SEED/SUED/DPPE/CGE. **Avaliação e Recuperação: Aspectos Legais e Metodológicos**. Curitiba:SEED, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Educação: Do Senso comum à consciência filosófica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

SCHMITZ, Pricila Romancini dos Santos. **Recuperação Paralela na visão do docente: concepção ou norma?** Disponível em: <http://continuandoformação.blogspot.com.br/2012/11/recuperação-paralela-na-visão-do.html>. Acesso em 11/01/14.